

SOMOS O AMBIENTE EM MOVIMENTO

QUANDO A GENTE SOPRA, O MUNDO GIRA

Encontro de Comissões
Regiões 4 e 5

Instituto GUAICUY



Somos o ambiente em movimento: quando a gente sopra, o mundo gira! Um catavento só ganha movimento quando encontra o sopro. Nesta cartilha, o sopro vem das pessoas atingidas: de suas experiências, suas lutas, suas perguntas e daquilo que não pode ser esquecido. Ao longo deste Encontro, vamos colocar esse catavento em movimento, compartilhando saberes, reconhecendo o que ainda precisa avançar e construindo, em conjunto, caminhos para a reparação. Ao final, cada pessoa levará consigo um pouco desse percurso: as reflexões, as prioridades e as construções coletivas que podem seguir ganhando força nos territórios.



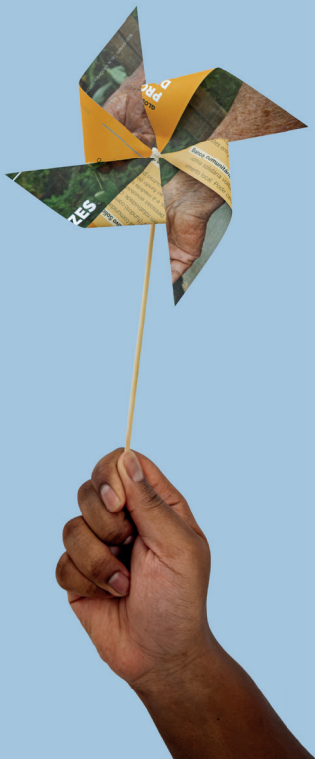


É hora de nos encontrarmos!

Chegamos ao 7° Encontro de Comissões das Regiões 4 e 5. Desta vez, o sopro nos leva para a reparação socioambiental, que tem toda uma história que a atravessa: as águas e as margens, os peixes, os territórios, os modos de viver e as relações construídas com o rio e a represa. A gente se volta para as seguintes questões: o que já avançou? O que ainda não chegou aos territórios? O que precisa mudar? O que não podemos deixar para trás?

É esse o convite do Encontro: conversar sobre essas questões socioambientais e fortalecer o que ainda precisa ser acompanhado e cobrado para que a reparação seja, de fato, integral. Afinal, "somos o ambiente em movimento: quando a gente sopra, o mundo gira".

Como nos lembra o professor e diretor institucional do Instituto Guaicuy, Marcus Vinicius Polignano, "*a gente não pode deixar essa luta ser menor que as outras*".



Objetivo: Plano de Atuação Popular

A ideia é **transformar nossas conversas em "sopros" que gerem movimento e ação**. Vamos reconhecer os desafios, escolher o que precisa ser prioridade e pensar coletivamente: o que precisa ser feito? Quem é preciso acionar? Ao final, tudo isso vai fazer parte do nosso Plano de Atuação Popular (PAP).

Reparação socioambiental

“Saúde, ambiente e cidadania é uma coisa só.”
(Marcus Vinícius Polignano)

O que acontece com o rio atravessa também a vida das pessoas e dos territórios. Por isso, não dá para reparar uma coisa sem olhar para a outra.

ÁGUA, TERRA E AR
água segura · margens · peixes · solo · biodiversidade

MODOS DE VIDA, DIREITOS E TERRITÓRIO
saúde · pesca · trabalho · alimentação · cultura · permanência

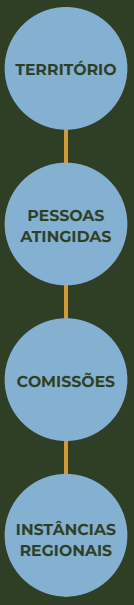


O papel das Comissões de Pessoas Atingidas e das Instâncias Regionais (IRs)

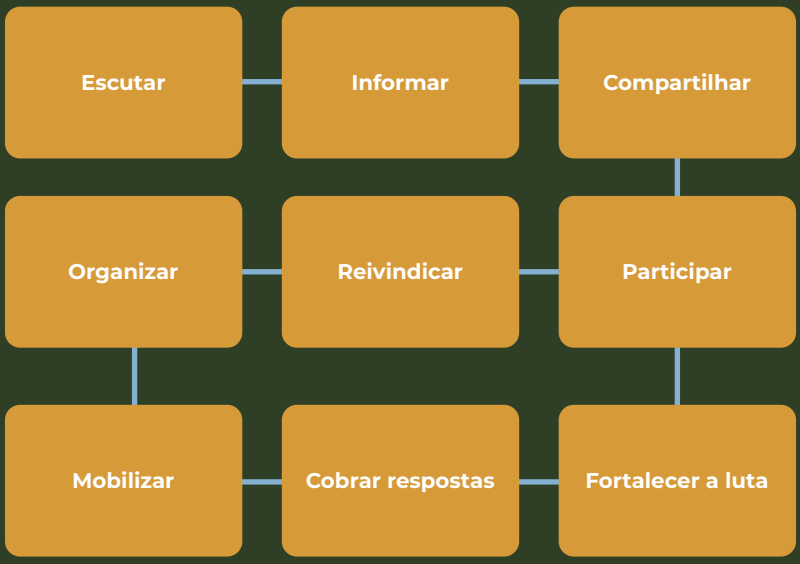
É no território que a organização começa. Nas Comissões, as pessoas atingidas se encontram, trocam informações e constroem suas reivindicações. Nas Instâncias Regionais, essas vozes se articulam, ganham força e ampliam a participação no processo de reparação.

"São espaços onde escutamos diferentes pontos de vista e opiniões e tomamos decisões que tenham a comunidade como prioridade."

Cristina Aparecida Pereira,
Comissão Baú e Piau






Escutar
Informar
Compartilhar
Organizar
Reivindicar
Participar
Mobilizar
Cobrar respostas
Fortalecer a luta







O que estamos acompanhando?

As consequências socioambientais do desastre-crime causado pela Vale na Bacia do Paraopeba e na represa de Três Marias são amplas e diversas. Os danos atingiram a água, o solo, os animais e as plantas, afetando os ecossistemas. Mas seus efeitos também impactaram a vida das pessoas: a saúde, a segurança hídrica e alimentar, as fontes de renda, o lazer e as formas de viver e se relacionar com o rio e com a represa e seus territórios. Por isso, a reparação integral passa essencialmente pela recuperação dos danos socioambientais causados pelo rompimento.

Conhecer esses danos e repará-los envolve processos diferentes. São necessários estudos específicos e perícias que buscam levantar informações e compreender o que aconteceu, identificar e avaliar os impactos e riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Enquanto a reparação segue em curso, há situações que exigem respostas imediatas e emergenciais para as populações atingidas e as que demandam planos, projetos e programas voltados diretamente à recuperação socioambiental.

É nesse contexto que são estabelecidas as medidas e situações emergenciais, os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico, as perícias e as ações previstas no Acordo Judicial para a recuperação socioambiental.

Mas, para que essas diferentes frentes avancem, é preciso olhar também para questões que atravessam todas elas: as especificidades de cada território, o tempo da reparação e das pessoas atingidas, a atuação e a articulação entre os diferentes atores e a forma como o conhecimento técnico é produzido e utilizado.

É aqui que entram as quatro dimensões do nosso catavento: diferentes formas de olhar para essas questões e perguntar o que precisa acontecer para que a reparação siga em movimento.



tempo
território
institucional
técnica

Quatro dimensões

- Como o **tempo** interfere na reparação?
- Como o conhecimento **técnico** é produzido e utilizado?
- Como a reparação chega e é vivida nos **territórios**?
- **Quem** faz o quê na reparação?



Para conversar no grupo

Sabendo que as quatro dimensões juntas fazem o catavento girar, qual delas precisa ser o nosso ponto de partida para fortalecer a luta por reparação socioambiental no território? Por quê? O que não pode ficar de fora dessa conversa?

Quem é quem na reparação?

Vale	IJs
ERM	AECOM
ATI	CTC
JUIZ	

- Quem decide?
- Quem executa?
- Quem paga?
- Quem fiscaliza/acompanha?
- Quem produz estudos e informações?
- Quem representa ou assessora as pessoas atingidas?
- Quem precisa ser acionado diante de determinada demanda?



Responsável pelo Dano

Em 2019, a justiça condenou a Vale a reparar os danos causados pelo rompimento.
Em 2021, o Acordo Judicial definiu parte das medidas de reparação, mas os danos individuais não foram incluídos e seguem em discussão judicial.





Direto ao ponto

Entenda alguns dos principais temas que atravessam as questões socioambientais no processo de reparação

Medidas e situações emergenciais

> ♫*"O Rio Paraopeba para em Retiro Baixo, depois ele se abre e corre para Três Marias, e a água da represa é água do Velho Chico..."*♫
> (adaptação de "Riacho do Navio", de Luiz Gonzaga)

A água faz parte da vida nos territórios de muitas formas: para beber e cozinhar, produzir alimentos, irrigar, cuidar dos animais, pescar, nadar, trabalhar e viver às margens do rio e da represa.

Com o rompimento da barragem, a relação com a água foi profundamente alterada. Como medida preventiva, foi recomendada a não utilização da água bruta do Rio Paraopeba, para qualquer finalidade, no trecho entre Brumadinho e a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo. Após o rompimento, foram determinadas medidas emergenciais para responder a necessidades que não poderiam esperar pela conclusão do processo de reparação.

Para que a água era usada antes do rompimento no seu território? E como ela é usada hoje?



Você sabia?

As águas do Rio Paraopeba são enquadradas na Classe 2, categoria de qualidade que permite usos como abastecimento humano após tratamento, proteção da vida aquática, recreação de contato primário, irrigação, pesca e aquicultura, conforme as condições estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357/2005.

Ponto de atenção

A Região 5 não está incluída nas medidas emergenciais. Mas questões relativas à qualidade da água, aos filtros e sistemas de tratamento instalados pela Vale e às fontes de abastecimento são demandas e problemas recorrentes nas comunidades. Essas pautas são entendidas como situações emergenciais, e, por isso, acompanhadas neste eixo tanto na Região 4 quanto na Região 5.

Para conversar em grupo

- Hoje, de onde vem a água utilizada pela sua comunidade?
- Existem filtros ou sistemas de tratamento instalados pela Vale no seu território? Como eles estão funcionando?
- Ainda existem problemas ou preocupações com a qualidade da água do poço ou com o acesso à água? Quais?
- Quem deve responder quando aparece um problema relacionado à água do rio ou da represa?
- E quem deve responder quando aparece um problema relacionado à água de um poço ou cisterna?
- As respostas dadas até hoje atendem às necessidades da comunidade? O que ainda precisa mudar?
- Uma medida criada como emergencial em 2019 está sendo suficiente para atender às necessidades do território hoje?

Em qual ou quais dimensões do nosso catavento essas questões aparecem?



Estudos de Risco

Os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) servem para identificar, caracterizar e quantificar os riscos potenciais à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Esse processo é fundamental para dar respaldo técnico às preocupações das comunidades com a saúde e com os impactos na natureza e para pensar quais ações de cuidado são necessárias para as pessoas, as comunidades e o meio ambiente.

De olho nos ventos da reparação!

Neste momento, o plano de comunicação de transição entre as empresas responsáveis pelos Estudos de Risco, agora executados pela ERM, está em andamento nos territórios. Estão acontecendo reuniões e diálogo com lideranças, referências comunitárias, comunidades, poder público e Assessorias Técnicas Independentes.



Para conversar em grupo

- Em que momento dos Estudos de Risco estamos hoje? O que já aconteceu e o que ainda falta acontecer?
- Quem está fazendo o quê nos Estudos de Risco? Quem acompanha, quem fiscaliza e de quem podemos cobrar respostas?
- Como as pessoas atingidas e as Instâncias Regionais podem participar e acompanhar as próximas fases?

E mais uma coisa importante: quais são as principais preocupações com a saúde das pessoas atingidas no seu território?

Estudo do Alimento

Está em fase inicial o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EPAPP). O estudo busca avaliar se o que é produzido na terra ou pescado no rio e na represa pode ser consumido com segurança.

Responsável pelos estudos

O responsável pelos estudos é o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).

Esses estudos, o de Risco e o do Alimento, serão integrados ao Anexo 2.1 — Recuperação socioambiental.

Perícias

As perícias são um conjunto de estudos (chamados de subprojetos) realizados pelo Comitê Técnico-Científico da Universidade Federal de Minas Gerais (CTC/UFMG) que ajudam a compreender os danos provocados pelo rompimento. Inicialmente, foram propostos 67 subprojetos, distribuídos em diferentes temas.

Imagine que...

...você queira descobrir por que uma árvore de seu quintal está morrendo.

- Uma pessoa pode analisar o solo.
- Outra pode observar a água.
- Outra pode estudar as folhas.
- Outra pode investigar a presença de pragas.

Cada estudo olha para uma parte do problema. Quando reunimos as informações, conseguimos compreender melhor a situação.

As perícias funcionam de maneira semelhante: diferentes pesquisas podem produzir informações sobre diferentes tipos de danos que afetaram a Bacia do Rio Paraopeba: as águas, os sedimentos, os solos, a água subterrânea, o ar, os animais e as espécies vegetais, as relações das populações atingidas com o rio e as represas, suas atividades socioeconômicas e ainda a saúde das populações atingidas. Para isso, as pesquisas são voltadas para temas específicos e utilizam diferentes metodologias.

Para que servem os estudos periciais?

Os estudos periciais contribuem para a produção de provas sobre os danos causados pelo rompimento e irão auxiliar o juiz no processo de reparação. Por isso, devem ser realizados de forma independente e por uma instituição confiável que exerce a função de perito do juiz.

O perito realiza estudos técnicos e científicos para fornecer informações que possam auxiliar o juiz na análise de questões que exigem conhecimentos especializados.



Audiência de Contextualização, 25 de novembro de 2025. Foto: Cecília Pederzoli/TJMG

Para conversar em grupo:

- Que informações são produzidas pelas perícias?
- Onde mais essas informações podem ser utilizadas?
- Quais territórios foram estudados?
- Quando esses estudos foram realizados?
- Os resultados são válidos até hoje?
- Quais questões ainda não foram analisadas?
- Quais estudos permanecem em andamento?
- Quais documentos foram apresentados ao processo?
- Quais decisões judiciais foram tomadas? Todos os subprojetos foram homologados?



Como essas questões se encaixam nas dimensões do nosso catavento da reparação?

Anexo 2.1 — Recuperação socioambiental

O Anexo 2.1 trata do Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba. O plano de recuperação pretende reparar os danos socioambientais causados pelos rejeitos de minério que atingiram a calha do Rio Paraopeba, buscando recuperar uma situação próxima às condições anteriores ao desastre-crime.

O plano serve para:

- Remediar os danos causados pelo rompimento.
- Restabelecer os ecossistemas afetados e as condições ambientais da área afetada.
- Restaurar as condições de infraestruturas locais afetadas.
- Reparar perdas sociais e econômicas na região atingida.
- Reparar as áreas atingidas.
- Reparar a perda da memória e do patrimônio cultural.



O plano está dividido em quatro capítulos:

1. Diagnóstico pretérito (antes do rompimento);
2. Diagnóstico pós-rompimento e matriz de impactos da Vale;
3. Planos e programas; e
4. Gestão de dados da reparação ambiental e das obras emergenciais.

Entre as medidas de reparação previstas estão a retirada dos rejeitos do Rio Paraopeba, a recuperação das áreas degradadas ou alteradas e a recuperação das margens e vegetação ciliar do rio.



As seguintes ações do plano contemplam a participação das pessoas:

Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade: cria meios e canais de comunicação e realiza ações informativas e de relacionamento com comunidades sobre o plano.

Programa de Educação Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba: cria e fortalece uma rede educadora ambiental, estabelecendo espaços coletivos de formação e intervenção educadora que promovam a troca de saberes e o diálogo com foco na reparação socioambiental. Já estão aprovados para execução os seguintes projetos:

- Coletivo Jovens do Meio Ambiente (CJMA) — para jovens de 15 a 29 anos.
- Coletivo Educadores Municipais (CEM) — pessoas de diversos setores da sociedade engajados em ações socioambientais locais
- Formação Continuada em Educação Ambiental no Âmbito da Educação Formal — para professores, gestores escolares e públicos que atuam nas escolas públicas e privadas da Educação Básica.

Vamos pensar coletivamente?

- De que maneira o Programa de Educação Ambiental pode contribuir para a reparação socioambiental no seu município?
- É importante as pessoas atingidas participarem desse programa? O que pode ser feito para que elas acessem os projetos já aprovados?
- Quais aspectos você considera que não podem ser esquecidos nos programas que a Vale vai implementar?



Não se esqueça!

A recuperação socioambiental não tem teto financeiro. A cláusula 2.1 do Acordo Judicial diz que essas medidas de reparação integral não estão sujeitas a limite de gastos. Os R$ 5 bilhões previstos no Acordo de Reparação são uma estimativa, e não um teto.






Rainha Conga



Nossas prioridades

Ao longo do Encontro, usamos as quatro dimensões do nosso catavento para entender a reparação por diferentes lados. Agora é hora de colocá-lo em movimento: escolher o que precisa ser prioridade, pensar o que podemos fazer, como fazer e quem precisa ser acionado.

- O que precisa ser acompanhado ou cobrado, hoje, para garantir água segura e adequada às necessidades das pessoas atingidas?
- O que ainda precisa avançar?
  Que respostas ainda precisamos?
- O que precisa acontecer para que a reparação socioambiental chegue, de fato, aos territórios?

Plano de Atuação Popular (PAP)

O Plano de Atuação Popular (PAP) reúne as prioridades construídas durante o Encontro e ajuda a transformá-las em ações para continuar a luta pela reparação nos territórios.

A partir do que identificamos como prioridade, vamos definir o que pode ser feito, quem precisa ser acionado e como as Comissões e Instâncias Regionais podem acompanhar os próximos passos.

Para cada prioridade, vamos pensar coletivamente:

O que precisamos fazer?

Quem precisamos acionar?

Como vamos acompanhar?

As prioridades mostram para onde queremos seguir. O PAP nos ajuda a pensar os próximos passos.



Plano de Atuação Popular			
Quais são nossas prioridades?	O que podemos fazer?	Quem precisamos acionar?	Como vamos acompanhar?

Organização
Paula Constante

Textos
Alecsandra Cunha
Felipe Soares
Giulia Moreira
Isabela Alves
Jéssica Santos
Matheus Neves
Michael Gustavo
Mônica Campos
Paula Constante
Pollyana Diniz
Vitória Leal

Revisão
Natália Ferraz
Priscila Justina

Diagramação
Matheus Ferreira

Fotografias
Daniela Poliello
Fabiano Lana
Gia Dias
Jhen Loure
João Carvalho
Cecília Pederzoli/TJMG



